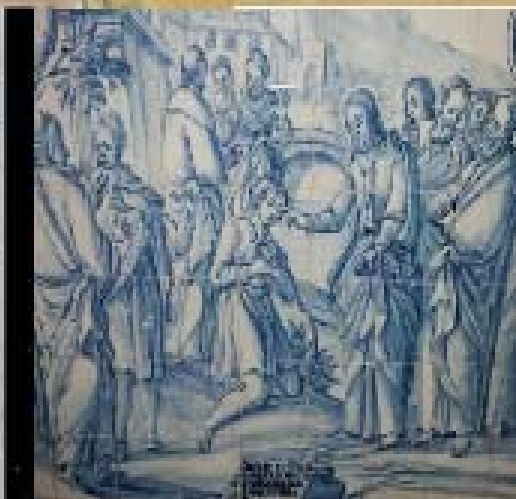
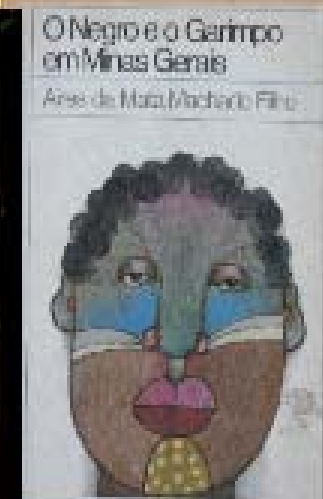
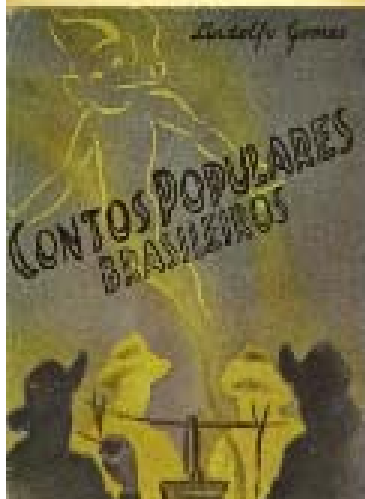
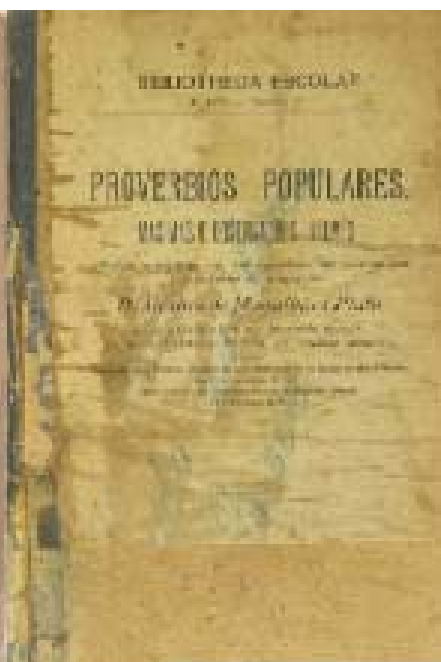
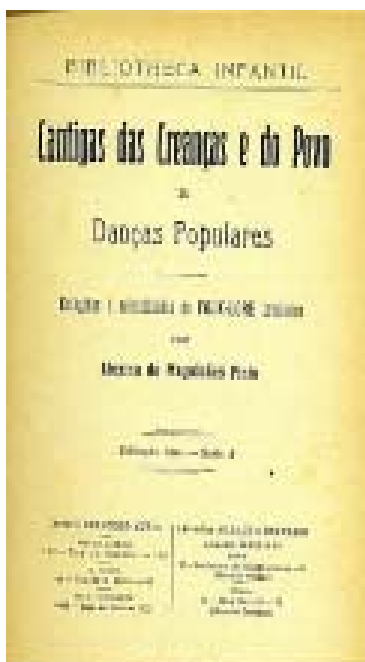




COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE



Obras Anteriores à Fundação da Co- missão Mineira de Folclore Resenhas de José Moreira de Souza



Aires da Mata Machado Filho

Ficha da obra: MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. **131pp**. [A primeira edição foi publicada pela Livraria José Olímpio no ano de 1943. Acervo de José Moreira de Souza. Souza disponível no Centro de Celebração de Minas da Comissão Mineira de Folclore]

Informações relevantes sobre o autor: Aires nasceu no dia 24 fevereiro – 1909 no distrito de São João da Chapada – município de Diamantina e faleceu no dia 23 agosto 1985 em acidente rodoviário próximo a Belo Horizonte, em plena Semana Mineira de Folclore. Sua trajetória como pessoa e intelectual é das mais exemplares. Merece destaque duas de suas obras para revelar sua abertura para o mundo: *Educação dos Cegos no Brasil* - Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1931. E *O Caso de Helena Keller* - Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980 A primeira revela o cuidado de socializar a aprendizagem de acordo com sua condição. O menino Aires aprendeu a viver com sua deficiência visual e tornou essa deficiência uma virtude. O Segundo resulta da atenção constante às barreiras da comunicação. Helena Keller é uma moça para qual todas as barreiras a impediam de toda comunicação. Essa será a questão que determina o percurso de Aires: Quais deficiências nos impedem de compreender o mundo em que vivemos? A partir da visão reduzida Aires cuidou de se tornar atento aos recursos que temos para ter acesso ao mundo.

Foi professor catedrático da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Minas Gerais – depois UFMG; da Faculdade Santa Maria – depois PUC Minas -, membro de inúmeras academias entre elas Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Academia Mineira de Letras. Foi dessas duas instituições que contou com companheiros para fundar a Comissão Mineira de Folclore, juntamente com apoio do Conservatório Mineiro de Música.

O Negro e o Garimpo em Minas Gerais, não é apenas uma obra de filólogo, é também de etnógrafo com interesse pelo Folclore e de contribuição à musicologia. Aires declara expressamente isto a citar Vila Lobos e comentar a obra de Flausino do Vale – um dos fundadores da Comissão Mineira de Folclore.

Há uma diferença entre etnólogo e folclorista na obra facilmente perceptível – Oswaldo Giovanini, em sua tese de doutorado acena rapidamente para isto – seguindo os passos da etnografia, Aires depende de “informantes” e acredita pouco em registros da vivência pessoal. Conta com dois informantes fundamentais: João Tameirão e Araújo Sobrinho valendo acrescentar a pessoa de Seu Rosendo. Aires informa que seu interesse pelos “vissungos” tem origem no ano de 1928, quando contava com apenas 19 anos de idade. Isto mostra que, mesmo retornando a sua terra natal, o seu saber viver anterior o torna estranho em sua terra, o que quer dizer que anteriormente a isso não teve maior convivência com o saber viver dos garimpeiros, faiscadores e mineiros em geral. Como não escreveu sua autobiografia, tudo isto fica coo conjectura

Vale ainda acrescentar a relevância de Aires pela sua obra mais conhecida *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina* publicada pouco depois de *O Negro e o Garimpo*. Essa obra resulta de convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - para apresentar Diamantina como Monumento Histórico, oportunidade em que Aires passou a conviver com Antônio Joaquim de Almeida – outro membro fundador da Comissão Mineira de Folclore.

1. Plano da obra: tema, roteiro discursivo.indicar páginas.

A obra se apresenta em 12 capítulos precedidos de uma seção intitulada “Advertência” p.7-9.

A segunda edição mereceu ainda comentários de M. Cavalcanti Proença, nas orelhas, editor da Civilização Brasileira. Esse autor destaca: “Como toda pesquisa científica bem conduzida, a mais ampla lição que nos oferece é a dessa unidade nacional que não é obra das elites mas do povo mesmo: unidade propiciadora de uma estrutura capaz de sustentar um espírito nacional em tão ampla zona do território.”

“**Advertência**” p. 7-9.

Seguindo o exemplo de Nelson de Senna na obra *Africanos no Brasil* publicada em 1938 – comemoração dos 50 anos da Abolição pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Aires dá às páginas iniciais o título de “Advertência”. Nessas páginas o autor discorre sobre “a história do livro” p.8. Cuida de mostrar como iniciou seus estudos em 1928, como o tema se tornou relevante e quais as obras com as quais se quer dialogar.

Garantido por informantes locais – João Tameirão, Araújo Sobrinho, etc. o autor prossegue se aprofundando na relevância do estudo e declara: “Enquanto isso, as pesquisas alargavam o âmbito de nosso objetivo. A importância dos “vissungos”, a sua difusão no local, desde os primeiros tempos, a necessidade que tinham os brancos de aprender a língua dos negros, a influência africana nos começos do arraial, os vestígios da língua na linguagem corrente, na onomástica e na toponímia – tudo isso acabou de me convencer, dando corpo à antiga suspeita, de que existia em S. João da Chapada um dialeto crioulo de negros bantos. E, efetivamente, de agora em diante, já não cabe dizer que somente existiu, no Brasil, o dialeto dos negros nagôs na Bahia.” P. 8 [isto torna inestimável e permanente a contribuição da obra especialmente no momento atual para qualificar as ideologias dominantes do movimento negro/quilombola]

Aires reconhece ainda a ausência de estudos sobre os negros em Minas Gerais e alerta profeticamente:

“E, todavia, a não ser os excelentes trabalhos de Nelson de Sena, até o presente nenhum estudo importante se publicou sobre o elemento negro em Minas. **A falha é grave, sem dúvida nenhuma. Tenho para mim que os estudos da dialetologia brasileira e os problemas relativos à etnografia nacional serão provisórios e deficientes, antes de ser considerada a contribuição de Minas.** [grifos meus] p.8

Vale ainda fixar uma afirmativa válida para os estudos de folclore em que Aires parece estar dialogando com a Carta do Folclore de William John Thoms: “**O campo não está ceifado e a coisa rendeu.**” P.9.

Capítulo 1. Garimpeiros, Quilombolas, Capangas e Faiscadores – p. 11-16

Neste capítulo, o autor se vale da obra de leitura necessária de Joaquim Felício dos Santos: *Memórias do Distrito Diamantino*. [não cita a edição. Era hábito da época, mas transcreve definições importantes]

“Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina ... era. Finalmente, o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções.” p.13. e acrescenta ainda de Joaquim Felício:

“Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho, na verdade, proibido pela lei, - e era o seu único crime – mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos.” p.8

A distinção entre garimpeiro e quilombola é necessária:

“Não confundamos também o garimpeiro com o negro fugido: este, quando encontrava alguma rês no campo, matava para não morrer de fome; quando se oferecia ocasião, garimpava ou faiscava ouro, mas o seu crime não era furtar gado, ou minerar às ocultas; seu grande crime constituíam em fugir do cativoiro”. P. 13

[Esta distinção é fundamental para a compreensão dos processos de formação das Minas de Diamante: Duas ordens de transgressão à ordem. O garimpeiro poderia ser um branco de ralé, ou um mestiço, ou um negro forro. O que o punha fora da lei não era ser branco desclassificado, mestiço ou negro livre, era o direito à exploração das minas; do outro lado, o quilombola transgredia a lei maior negava a escravidão e se arvorava em livre. Pior ainda, o negro escravo ser fugido e garimpeiro. É curioso que entre as celebrações de mitos Isidoro não seja o principal herói nesse altar das contradições.]

Ainda atento a Felício dos Santos, Aires chama atenção para a aliança do garimpeiro com o quilombola e a categoria necessária do articulador da ordem à desordem – o capangueiro:

“Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois, um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários, buscando subsistência nas minerações furtivas.” P. 14

“Com estes, outro tipo interessante apareceu no meio dos contrabandistas de vária espécie, que aí havia em grande número. Foi o *capangueiro*, comerciante de *capanga*, pequeno comerciante que comprava do garimpeiro o produto de suas faisqueiras e o protegia, mandando-lhes avisos cautelosos quando as tropas de dragões saíam em batidas aos quilombos e garimpos.” P.14 [Notem a realidade sui generis de quilombos e garimpos numa área de mineração de diamantes, sem generalizar para as áreas de mineração do ouro. Notem que apenas o quilombo do campesinato é que é contemplado nas políticas quilombolas atuais.]

Capítulo 2. São João da Chapada e a base africana do seu povoamento – p. 17-26

Aires apresenta neste capítulo a formação do povoado de São João da Chapada e exhibe a face inversa do campesinato negro, o “garimpeirato” negro, totalmente diverso do quilombo da mineração.

Alguns desafios se põem. Fundado por Felipe Mina, ou Felipe nagô, o autor de depara com a questão banto ou sudanesa na formação de Minas, assunto para gerar inúmeras conversas e deságios mil.

Aires conclui: Nada definitivo, portanto, poderá dizer-se da influência negra no Brasil, antes de ser apurada a contribuição de Minas” p.25.

“Como ficou evidenciado e não é desmedido repetir, os descobertos de S. João da Chapada, últimos talvez na ordem cronológica, com certeza atraíram mais negros que todos os outros, já pela época em que se deram, já porque canalizaram as ambições de muitos mineradores que trabalhavam em sítios vizinhos. O fulgor inicial dos descobertos de S. João coincidiu com a liberdade de minerar, já então facultada por lei aos particulares. Demais, já não constituíam crime as atividades dos garimpeiros, que pouca ou nenhuma pressão sofriam da parte dos concessionários de datas diamantinas. De tudo resultou que o lugar e adjacências se tornassem centro de convergência de muitos negros ocupados em faiscar, trabalhando em serviços de senhores e ainda, em alguns casos, minerando em alta escala, por conta própria.” P.26

Capítulo 3. Sob o signo do diamante – p. 27-30

Neste capítulo, o autor sintetiza em São João da Chapada o que são os povoados da mineração dos diamantes:

“A feição do arraial, hoje distrito do município de Diamantina, mantém-se fiel aos descobertos que o originaram. A paixão lúdica da mineração empolga a todos os habitantes, teimosos mineradores.

“Só vivem de faiscar. Os que podem “fazem o saco” para a gente pobre. E, baeta às costas, garantida a subsistência material, vão tentar a sorte nas faisqueiras.” P. 27

Aires sintetiza o esplendor do viver local na Festa do Divino:

“Vindo a Festa do Divino, ou outra qualquer, manda cair a casa de novo, veste garridamente mulher e filhas, renova-se também, e fica esperando a parentela ou compadres do sertão. Sim, do sertão, essa vaga ficção geográfica que sempre foge a localização precisa.” P. 27-28

O autor mostra também como se estruturam as relações locais: “Pobres e ricos embalam-se, de contínuo, nesse ideal de enriquecer. (...) Esse gênero de vida estabelece a igualdade social, na esperança de todos. O sortilégio de um sonho transpõe outro para realidade. (...) Os comerciantes não deixam de fazer sua fé, na loteria da mineração. (...) Em São João da Chapada, a bem dizer, só existe uma classe social, que é a dos mineradores. Os conflitos se travam dentro dela, exatamente como se dá no seio das famílias. São gente de fora, proprietários de lavras riquíssimas que praticam a injustiça costumada de ricos sem espírito cristão.” P. 28-29.

Em seguida, o autor sintetiza numa frase:

“no coração do minério só há lugar para a esperança, a esperança teimosa e quase infantil, que diante de nada esmorece.” P. 29

Capítulo 4. As faisqueiras – p. 31-39

Este capítulo é preciosíssimo pela oportunidade que temo autor de descrever o saber “empírico” e sofisticadíssimo do garimpeiro. Haja saber técnico incorporado em cada ação. Vale destacar como exemplo:

“Desde que o material diamantífero, pelos rudimentais processos empregados, se vai despojando da terra e das pedras grandes, começam a aparecer as formações, satélites do diamante, as quais, pela sua quantidade e natureza, marcam o nível de esperança do mineiro.

“São as principais:

“Cativo, (de cobre ou de ferro), agulha, (lisa ou chumbada), fava, (de cobre, branca azulega), esmeril preto, gesso, linha de cristal, osso de cavalo, cabeça de macaca (pedra redonda, podre), caco de telha, ganga (comumente dito canga), sericória, palha de arroz, polme ruivo ou ogó, tinteiro (preto, reluzente, parecendo pólvora) pedra Santana, voo de pomba, olho de peixe. Em certos serviços, uma “pinta” de ouro é também formação para diamante”. P.33 [notem o acervo de conhecimento para distinguir cada aspecto da formação indicativa da esperança. Isto é que é folclore puro]

Notem agora, o saber do garimpeiro sobre o valor dos achados em sua relação com o comerciante:

“Os resíduos das lavagens chamam-se “cortes”.

“Ao diamante “cheio”, de bom peso, chama o mineiro “catatau” ou “búzio”; aos muito pequenos “finquete”, “fininho”, “avoador”. Uma pedra de boa água é uma “estrela”; a cheia de defeitos e de má forma é uma “bisborna”. O diamante arredondado, sem nenhuma faceta ou pião é “natura”; de forma triangular e chato é “chapéu de padre”; com fendas, é “jaçado” (chamam-se “jaças” as pequenas fendas); com inúmeras jaças é “corado” e tem pouco valor. Diamante “lambreado” é o que apresenta inúmeras facetas (ou piões”), de um raro brilho, parecendo que já foi lapidado; “pingo d’água” é o que tem a configuração dos cristais chamados pirâmides; diamante “bala” é o que tem a forma de bala. Aos pequenos pedaços de carvão que se conserva dentro dos diamantes dão o nome de “.ponto”. O ponto grande é chamado de “urubu”. Pela qualidade, o diamante é classificado para a venda em 1ª, 2ª e 3ª. Esta última classe é o “fundo”. P.35

Finalizando o capítulo, Aires, após examinar com toda atenção a economia do garimpeiro, se refere à tendência de desaparecimento do garimpeiro: “os latifundiários engolem os pequenos proprietários” “Com pouco, o faiscador não será mais que figura de lenda.” P. 38

Cícero Arpino Caldeira Brant - Ciro Arno

- 1. Ficha da obra: ARNO, Ciro. [Cícero Arpino Caldeira Brant] *Memórias de um estudante – 1885-1906*. 2.ed. [sem local e sem data] Gráfica Olímpica 219 páginas. [Primeira edição 1949 com apresentação de Nelson de Sena, membro fundador da Comissão Mineira de Folclore. Segunda edição, sem data; orelhas de Aires da Mata Machado Filho, reprodução de resenha publicada na *Folha de Minas* de Belo Horizonte. [Esta obra é parte do acervo de José Moreira de Souza o qual estará disponível no Centro de Celebração de Minas da Comissão Mineira de Folclore.]**
- 2. Informações relevantes sobre o autor:** Onde nasceu, em Diamantina no ano de .1880 e faleceu em 11/jul/1972 Rio de Janeiro. Formação escolar. Formou-se em Direito Pertencimento a alguma academia da Academia Mineira de Letras. Reconhecimento de sua obra. Obras publicadas. *Memórias de Estudante; Os Jatobás, Os Guabiobas; Cartas Paulistas; O Mistério de Diamantina; A Metrópole do Norte*. A Biblioteca Antônio Torres de Diamantina guarda o acervo de Ciro Arno.
- 3. Plano da obra: tema, roteiro discursivo.**

A obra formada por 48 capítulos é dividida em duas partes. Primeira parte da página 9 a 112 tem como título “Diamantina” e abrange 22 capítulos. Segunda parte “Ouro Preto, Belo Horizonte, São Paulo. 26 capítulos da pag 113 a 219.

Primeira Parte: A divisão dos capítulos dessa primeira parte obedece a uma ordem lógica do Saber viver em Diamantina relatada por uma criança de elite Diamantinense – o Autor é um *Caldeira Brant*. Esta parte divide os capítulos em quatro grande seções: 1. Infância e oportunidades de acesso ao mundo pela família – capítulos 1 a 3. 2. A vida no seminário e o acesso à cidade. Capítulos 4 a 11. 3. Os tempos de acesso à cidade nos anos da Escola Normal capítulos 13 a 16. 4. A vida na cidade Diamantina capítulos 17 a 22.

Destaques dos capítulos da Primeira parte:

- 1. Infância e oportunidades de acesso ao mundo pela família – capítulos 1 a 3**
Capítulo 1.

Um grande aerólito p.11 – narra o caso da passagem um corpo luminoso pela cidade. Passeio á chácara de Baraunas pelos pais, ele ficou na casa dos avós no Largo do Rosário. Na casa da avó materna havia uma pretinha filha da escrava da avó que brincava com cobra cascavel. P11-12. Sonho:”O sol e a lua estão caindo na terra” No sonho o autor vê dois crioulinhos crias da casa, que se encarregam de escorar sol e lua. “Aqueles duas crianças heroicas, num esforço estupendo, titânico, sobre-humano, estavam salvando o mundo da destruição total. Suportariam muito tempo aquele trabalho gigantesco, mais do que hercúleo? (...) Mas os dois estupendos heróis se mantinham firmes, escorando o sol e a lua, salvando a humanidade!...” [p.13] Como foi levado à escola p. 13. Localização das três intendências em Diamantina – p. 13. Festa de Santa Cruz no cruzeiro do Rosário. P.14.

Capítulo 2 . Minhas primeiras mestras e professores do Externato – Teatro Santa Izabel e a Cia Dramática Boldrini - Os antigos garotos de Diamantina e suas brincadeiras preferidas.

Destaque: “A garotada de Diamantina salientava-se então pela inteligência, vivacidade e estroinice, às vezes brutais e perigosas. Suas diversões prediletas eram: tomar banho no Glória

e no Prata; atacar bombões e soltar foguetes nas procissões; fabricar pequenas armas de fogo com canudos de ferro; tocar sinos nas igrejas; perseguir impiedosamente os loucos que vagavam pelas ruas; montar em carneiros e cabritos; saltar os muros dos quintais, para roubar frutas; soltar papagaios de papel no largo do Rosário, no Curral e na Grupiara; pescar lambaris no Rio Grande e no Prata” p.17.

Em seguida o autor destaca “os chefes principais dos garotos diamantinos eram nessa época os endiabrados meninos ...” Parece que todos os enumerados não pertenciam à elite e segundo a memória do autor, todos morreram cedo, excetuado Serafim Pinheiro de Lacerda que migrou para o Rio de Janeiro onde viveu por mais 40 anos tendo falecido em 1944. O autor destaca ainda “Os brinquedos dos meninos diamantinos mais comidos e menos arteiros”

Brincar de “lojinhas e armazeninhos de secos e molhados, em pequenas caixas de madeira, onde se vendiam respectivamente retalhos de fazenda, fitas pinturas, doces, queijo, garapa, rapadura e frutas, e o comércio mais nobre de pedras lapidadas, à imitação do comércio de diamantes.” [o autor não dá atenção aos brinquedos das meninas. Isto será relatado por Helena Morley em *Minha vida de Menina* e Edésia Correia Rabelo em *Lá em casa era assim..* Vale ressaltar ainda que como elite, a criança Ciro Arno invejava os meninos que acompanhavam os palhaços que anunciavam os espetáculos circenses. Ele irá insinuar isto no capítulo seguinte.]

Capítulo 3. Audaciosos assaltos a casas comerciais – relata uma sequência de assaltos ocorridos logo no início da República por um grupo de italianos p. 19. A Fome de 1890 – como foi a fome em Diamantina e no Norte de Minas. Relata o caso de Salinas onde houve até mesmo antropofagia. P. 20. Indignação popular contra comerciantes que estocavam víveres p.20. O Circo de Cavalinhos.

2 A vida no seminário e o acesso à cidade. Capítulos 4 a 11.

Capítulo 4. P. 25-28 Como a criança Ciro Arno via o seminário: “Eu estava ansioso para entrar, a fim de vestir a batina de estudante, e usar a sobrepeliz e o barrete, nas missas cantadas e nas solenidades da Semana Santa”. P.25. Saudações: “No recreio dos meninos(divisão para onde fomos mandados, como crianças que éramos), mais de quarenta alunos brincava, ruidosamente. Alguns batiam tamboretas de couro, penduradas a tiracolo, à guisa de tambores, outros cantavam e dançavam, numa desenfreada explosão de júbilo, só permitida nos dias posteriores à entrada, e depois dos exames finais antes das férias”. P. 25 [Note-se a presença de padrões de brinquedos externos à ordem de uma “instituição total”] Vale a pena continuar com o autor para compreender a ordem: “Reinava naturalmente a mesma algazarra, nos outros recreios, dos médios e dos grandes, separados e distantes do nosso recreio, só havendo mais calma e compostura na divisão dos seminaristas, alunos mais adiantados e que se destinavam à carreira eclesiástica”. P. 25 [Note-se que o seminário não era uma instituição destinada somente a formar sacerdotes] Merece ainda menção o saber técnico e artístico que cada aluno leva à instituição, ou seja, ela não é tão total como o queria Goffman. “Um estudante do Rio Vermelho, o Chico Lopes, começou a tocar na requinta uma ária tão triste, tão sentimental, que não se saiu da memória até hoje, passados mais de quarenta anos. // Os colegas o rodeavam, uns assentados em tamboretas, outros batendo copos ou bacias; estes sapateando, aqueles cantando. Pedro Araújo (vulgo “Pedro Gordo” gritou aos barulhentos: “Silêncio, amarra-cachorros!” // Depois pediu a requinta emprestada ao Chico Lopes. Ia mostrar o que era uma peça de sentimento!... Lá vai, “Quanto dói uma saudade”. // E quando ele começou a executar a triste valsa, fez-se silêncio comovido, evocando nós, nas ternas e sugestivas modulações do instrumento, saudosas reminiscências dos belos tempos passados em casa, no doce aconchego da família, ou na liberdade dos campos. // - É linda a valsa, disse eu, quando ele acabou. // - Vou tocar outra...”Minha Esperança”. // - Não... “O Gato Preto”, atalhou um menino. // - “Mimi Bilontra”, pediu outro. // - “Surcouf”, exclamou outro. “ p. 26-27 [Note-se o repertório musical presente na memória das crianças no ano de 1890 – dia 5 de outubro. O autor finaliza o capítulo com esta informação:

“Nessa primeira noite que passei no Seminário, custei a conciliar o sono. Chegavam-me aos ouvidos o som longínquo do violão de alguma serenata, talvez na Grupiara ou na rua das Mercês, e a voz de um cantor entoando a modinha: // “Vem, triste flor da saudade!”” p. 28. Merece também destaque a descoberta da ordem em latim: “Unusquisque in loco suo! (Cada um em seu lugar)” // Silentium facundis verbis! (o silêncio é mais eloquente que as palavras)” // “Parere legibus propter metum! (Obedecer às leis por medo)” p. 27 [O regente, disciplinário, era o seminarista maior Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, futuro bispo de Taubaté]

Capítulos 5 p. 29-32 Destaques do autor: A escala de castigos p. 29. Comunicações – proibida entre as divisões – p. 29. O autor não diz mas o objetivo era separar rigorosamente as turmas segundo a idade para evitar os namoricos. Raul Pompéia vai revelar isso no romance *O Ateneu*. Brinquedos de mão p. 30. Aqui também o autor não revela o objetivo dessa proibição válida para todos indiferentemente da idade. Nada de aproximação dos corpos. Estabelece-se “o reino dos anjos” Ele irão mostrar o efeito disso quando deixa o seminário e se sente nu ao deixar a batina. O Capim proibido p. 30 área do recreio na qual ninguém poderia pisar, apenas o servente o poderia. A Terrível lenda do Caraça. P. 30. O autor narra como no imaginário das crianças o Caraça era representado pelo seu regime “severíssimo”. O maior castigo seria um pai internar os filhos no Caraça. O Regime Interno [do seminário de Diamantina] p. 30-31. Sueto p. 31 o que era, isso a oportunidade para passeios e os locais de passeio. Um destaque o padre Antônio Perrin se valia desses oportunidades para dar aulas práticas de “História Natural” – Ele era dado como “santo” pelos alunos e o autor guardou um lenço dele como relíquia.

Capítulos 6 – p. 33 -36 – Este capítulo se articula em torno dos dias de banho no seminário e é chave importante para se entender os hábitos higiênicos da época. Não havia banheiros no seminário. Portanto a higiene se prendia apenas na lavagem do rosto, para o qual cada estudante tinha uma bacia que enchia de água à noite para lavar o rosto pela manhã. Certamente, haveria fossas secas e não privadas com vasos para descarga. O autor silencia sob esse ponto porque, certamente, em toda cidade Diamantina isso era comum. Água, somente nos chafarizes. O movimento pelo abastecimento de água apenas começara nesses anos [Ver meu *Cidades momentos e processos*]. Assim o autor mostra onde se tomava banho e em que dias. Os locais eram escolhidos para uso quase exclusivo, evitados, portanto, os das lavadeiras e os frequentados pelos moleques. O autor articula sua narrativa em torno de uma chave perdida. O ir se banhar, perdeu a chave da canastra herdada de seu avô a qual guardava suas vestimentas. Resulta disso fazer promessa à “almas do purgatório” – algo do devocionário popular. Eis a parte final do relato: “Ora, certa noite, assentado à minha mesa, no repouso, com o livro aberto em frente, fingindo estudar, acabava eu de fazer minhas orações da promessa às almas do Purgatório, quando puseram em cima do livro a suspirada chave, toda enferrujada!!! Ergui a cabeça, pasmado e atônito. Era o preto Tibúrcio, servente do Seminário. // - Quem me mandou esta chave? Perguntei-lhe, tremendo com o coração aos pulos, quase tendo uma síncope de terror. // - Mandaram de sua casa, respondeu ele. – Foi um criado que trouxe e entregou na portaria. // Após o chá, subimos para o dormitório, onde só tarde pude conciliar o sono, impressionado com aquele caso sensacional, em que eu via evidente intervenção das almas do Purgatório.” P. 35-36.

Augusto Fernandes

1. Ficha da obra: FERNANDES, Augusto. *Tipos populares de Diamantina.*, Belo Horizonte : Editora São Vicente, 1929. PP. 129 [Acervo de José Moreira de Souza ficará disponível no Centro de Celebração de Minas da Comissão Mineira de Folclore]

2. Informações relevantes sobre o autor:

Parece incrível. Augusto Fernandes não tem seu perfil apresentado em duas obras dedicadas exatamente aos personagens “ilustres” de Diamantina. Soter Couto que escreveu em 1954 *Vultos e Fatos de Diamantina* não o menciona. Explicável talvez, porque Augusto ainda vivia nessa época. Porém, é injustificável que Lomelino de Andrade Couto que publica o “Tomo II” do *Vultos e fatos de Diamantina*, no ano de 2009, não faça a mínima menção nem ao autor nem às obras de Augusto Fernandes: *Tipos populares de Diamantina - 1929 – Que gente boa! – 1944*. Essas obras são citadas por Aires da Mata Machado Filho em *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina* e os Tipos Populares de Diamantina são festejados na cidade sem o cuidado de apresentar minimamente a biografia do autor. Lembra Lima Barreto “A obra é tudo e o autor não vale nada.”

3. Plano da obra: tema, roteiro discursivo.

Carta de João Edmundo – compadre do autor – datada de 29 de novembro de 1929 – p. 3

Domingos D’Acenzo – p. 58 – O autor inicia com o caso desse jovem italiano que se tornou tipo popular em Diamantina. [Ver ficha de *Minha vida de menina* sexta feira 2 de agosto de 1895 p. 272- 273. Ver também *Revista da Comissão Mineira de Folclore* nº 29 p. 95 – 97]

Gabriel – “Badalo” p. 9 – 11

Um anão de cabeça grande - tocava caixa e participava da guarda romana.

Maximiano Pimentel O “Labroque” p. 13-19

Ex-escravo da família Pimentel foi apelidado de “Labroque” que ele entendia que era “ladrão” em italiano. Quem gritasse para ele esse apelido ele entreva em surto, danava a beber até que a polícia o recolhesse.

Agostinho “Bambães” – p. 21-26

Bambães chegou ao limite de matar um companheiro de rua, foi preso, julgado e absolvido.

O “Butifarra” p. 27-31

Cantava o Libera me nas encomendações e era objeto de chacota da meninada:

O “Parentinho” p. 33-38

Bom contador de histórias, entre elas o local onde vivia a mula sem cabeça.

Maria de Zé Eleutério – p. 39-43

Ex-escrava de Zé Eleutério sabia trabalhar e só sabia trabalhar. Tinha um repertório de xingamento para quem a provocasse.

Odilon Queiroga, Zeca Mota e Candinho Batista “Os quarteiros de defunto”. P. 45-51

Trata de uma turma sempre em busca de velórios para se alimentarem. Em meio a isso contam muitos casos.

“O Capitão” p. 53-57

Capitão era um sujeito que somente aparecia no sábado da Aleluia para malhar o Judas. O autor narra com esmero a cerimônia da Semana Santa e queima do Judas.

Ernesto Pires – “Seu Estico” – p. 59 – 62

“Um sujeito que embalava a mania de ser negociante, sem capital, sem fundos, sem créditos, sem mercadorias, sem coisa nenhuma!...” p. 59

O Ubaldo – p. 63 – 67

Apaixonado pela banda do Corinho recebeu o apelido de Porco com o qual se zangava.

Moisés de Paula – p. 69 – 74

Um erudito que não se humilhava.

Evaristo – O Zebra – p. 75 -80

Um orador popular que incomodou o autor.

João “Defunto” – p. 81 – 84

Apelido dado pelo semblante pálido. Sentia-se um nobre

Vicente “Papa-Vela” – p. 85 – 89

Gostava de adquirir velas de defunto. Sua mulher tinha o apelido de “Rita do Pecado” porque era muito feia.

O Luiz “Anquinha” – p. 91 – 93

Apanhava da mulher e contava valentia.

Francisco Silva Vulgo “Chico Cometa” – p. 95 – 98

Um preto, pobre e pedreiro que, aos domingos se trajava a rigor.

O “Nequinho” – p. 99 – 102

Farejador de defunto que agourava os doentes. Tinha também apelido de “Focinho de Porco”.

Antonio de Souza – “Seu Bispo” – p. 103 -107

Vestia-se de bispo e encenava cerimônias episcopais no célebre “Beco do Mota”, a zona boêmia de Diamantina.

Zeca Bento – p. 109 – 111

Era um poeta popular muito admirado. Zeca Bento já mereceu uma obra de seu filho, coronel Paulo Renê de Andrade. E um artigo na *Revista Comissão Mineira de Folclore* nº 29 sobre tipos populares. O Artigo da Revista leva a assinatura de nosso companheiro de Comissão Mineira de Folclore, Luis Santiago.

Avelino Silva, O “Quimboto” – p. 113 – 118

O caso de um coveiro entre outras coisas ligadas à morte.

Raimundo Broca – p. 119 – 124

O caso da turma da farra em Diamantina.

O “Laport” – p. 125 – 128

O autor o apresenta como um artista completo. Pintor, ator. Era também exímio flautista – não mencionado pelo autor. Ator de teatro. O que chama atenção do autor é que Laport era um tradicionalista e saudosista “Que não compreendia a vida fora de Diamantina” p. 127

Benedicto Valladares

Ficha da obra:

VALLADARES. Benedicto. *Esperidião*. Rio de Janeiro; O Cruzeiro, 1951. P.305. [Acervo de José Moreira de Souza. Souza disponível no Centro de Celebração de Minas da Comissão Mineira de Folclore]

Informações relevantes sobre o autor:

Benedito Valadares Ribeiro Pará de Minas, 4 de dezembro de 1892 — Rio de Janeiro, 2 de março de 1973.

Influente homem público na época de Getúlio Vargas, foi vereador e prefeito de sua cidade natal, Pará de Minas, e mais tarde, governador de Minas Gerais, de 15 de dezembro de 1933 até 4 de novembro de 1945.

Era filho de Domingos Justino Ribeiro e Antônia de Campos Valadares, neto paterno do Capitão Antônio Justino Ribeiro e de Maria Cândida de Jesus e materno do Dr. Francisco Cordeiro de Campos Valadares e Domitila Cândida de Oliveira e Silva (irmã do presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II, Martinho Álvares da Silva Campos). É descendente, como muitos outros políticos mineiros, da “*Sinhá Braba*”, a fazendeira Joaquina de Pompéu.

Esperidião é o primeiro romance de Benedito Valadares publicado em 1951 pela editora O Cruzeiro, na época, a maior revista de projeção nacional. Benedito Valadares publicou ainda no ano de 1962 outro romance *A Lua Caiu*, pela José Olímpio Editora – 1962 - e, no ano de 1966 um livro de memórias de seu percurso político a partir de 1930 com o título de *Tempos idos e vividos, memórias*, dado à luz pela editora Civilização Brasileira com apresentação do historiador Hélio Silva. Nesse mesmo ano, 1966, também publicou a obra *Na esteira dos tempos* na qual reúne discursos pronunciados ao longo da carreira.

Plano da obra

Benedito tem uma técnica de elaborar capítulos curtos e dividir sua obra em cento e quinze capítulos abrangendo 309 páginas. Cuida também de numerar os capítulos em algarismos romanos e de dar títulos que não antecipam o conteúdo abordado.

Existe estreita relação entre essa obra publicada em 1951 e a que virá como memórias do ano de 1966. Numa e noutra os capítulos são curtos e os títulos não criam expectativas para o leitor, mas curiosidades. Dois exemplos: na “*Memórias*” o capítulo 36 – agora numerado em arábico – tem o título de “*Durou Doze*”. Ele narra o convite feito ao Diretor da Escola de Viçosa que recusa ser Secretário de Agricultura imaginando que o governo duraria vinte dias, ele argumenta que duraria – a Ditadura de Vargas – 20 anos, mas durou doze. No Capítulo seguinte composto de apenas 14 linhas, o título “*Linguagem da Roça*”. Trata-se do convite feito a Israel Pinheiro para a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Aí ele justifica: “*Nomeei O Israel Secretário da Agricultura porque fala a linguagem de que mais gostam os fazendeiros*”.

Esperidião e Memórias estão estreitamente relacionados. O romance é recurso do autor para narrar como se formam os políticos e tem muito de seu cuidado em revelar como se formou e como se formam os políticos em geral em Minas. O cuidado de encobrir para revelar é a marca principal do autor, mas o cuidado de mostrar como se aproxima do povo e de seu saber é constante. A habilidade de criar álibis é magistral. Apenas o Caraça, Ouro Preto e Belo Horizonte são lugares reais da trama, mesmo quando outros lugares reais compõem o objetivo é não revelar os lugares foram captados pelo narrador real. No caso, o distante fica próximo, Mendanha, um povoado de Diamantina, e cidades do Alto Paranaíba tornam Minas muito pequena.

O núcleo do plano do autor pode ser resumido entre duas maneiras de fazer política: Clientelismo e Bacharelismo. E o desafio de instituir a melhor maneira de apresentar o mineiro para Minas e saber onde começa e onde terminam as Minas Gerais.

A dedicatória é como se fosse o esclarecimento do autor em sua formação: “Dedico este livro à memória de minha mãe e de minha cunhada, cujos nomes guardo no coração: uma me emprestava livros e a outra permitia ao seu caçula deixar de ajudar os irmãos na lida da fazenda para ler romance o dia todo”. Ou seja, o menino Benedito, por ser o caçula, teve privilégios de ficar a toa e de se dedicar à literatura. Como se tornou político são também herança da família de Pitangui .

Este Livro p. 9 – 10

Ao autor apresenta com humor a indecisão de publicar o livro ao recordar-se de cenas de teatro assistido em sua cidade natal. O núcleo da cena é um criado pondo a mesa e o diabo retirando tudo até criar a indecisão da certeza “Pus... não pus...”

O diabo interpela o autor: “Será que vão achar semelhança nas personagens do livro com pessoas de carne e osso?” (...) “Ficção!? Se você descreveu, em linguagem terra a terra, fatos corriqueiros da vida mineira...” (...) Mas você brandiu a ironia, a arma que mais fere.” P. 9

A essas questões do diabo, Benedito responde finalmente:

“Não foi ironia, a ironia tem maldade; temperei apenas a narrativa com uma pitadinha de humorismo, nascido em todos os tempos nesta terra triste.” P. 10

[É o que se pode esperar do raposismo desse herdeiro de Dona Joaquina do Pompéu. Um político que ficou “rouco de tanto ouvir...”]

Capítulo I – A Ponte. P. 11 – 12

A ponte como alegoria ao saber construir em Minas Gerais.

Capítulo II – Seu Joaquim. P. 13 – 14

Apresentação de um português da Beira que se estabelece como comerciante e se encanta com cantigas das lavadeiras, escolhe uma morena bonita e se casa.

Capítulo III – Esperidião. P. 15 –16

Esperidião é o filho da remissão dos portugueses com a escravidão: “A natureza ardente, o desejo de posse, fez com que os portugueses se redimissem de seus pecados contra o escravo no Brasil, ligando o destino das duas raças.” P. 15

Capítulo IV – A Escola. P. 17-18

Cenas de Esperidião na escola.

Capítulo V – A Igreja. P. 19 – 20

Esperidião se torna “coroinha” e veste sobrepeliz para ajudar o padre. [o autor na fala coroinha]

Capítulo VI – Mês de Maria . P. 21 – 22

Narrativa quase pormenorizada das celebrações do mês de maio com destaque para a cerimônia de Coroação, com direito a orquestra, oportunidade para namoricos de Esperidião.

Capítulo VII – O Caraça. P. 23 – 25

O pai decide mandar Esperidião para o Caraça. Ele quer saber se é bom ser padre.

Capítulo VIII – O Tropeiro. P. 26 – 27

O autor narra os costumes dos tropeiros e a religiosidade popular. O medo da morte e a confissão.

Capítulo IX – Aroeirinha. P. 28 – 29

O autor resume no título um monte de considerações do saber mineiro: cavalo tropeçar é sinal de haver ouro naquele lugar; como são os cajus rasteiros; o pio das aves e o hábito de caçar; conhecimento do solo e práticas agrícolas de cultivo de milho, cana e feijão. Finalmente “a aroeirinha”: “saíam de baixo dessa árvore de aroeirinha, se não vancês vão ficar todo empipocados.” P. 29

Capítulo X – Chuva de Vento. P. 30 –

Narrativa de uma chuva com vento antes de chega ao Caraça

Capítulo XI – Agora o Caraça Mesmo. P. 31 – 32

Chegada ao Caraça. Esperidião descobre que é “novato” “palavra fatídica, que ainda os havia de perseguir por alguns dias nos gritos e zombarias dos estudantes”. P. 32

Capítulo XII – Padre Salustiano. P. 33 – 35

Neste capítulo, o autor narrar sucintamente o regime do Caraça e a colhida dos novatos. O uso da *santaluzia* [palmatória] como recurso para manter a disciplina.

Capítulo XIII – O Beijo. P. 36 – 37

Este capítulo é bastante maroto. O autor começa discorrendo sobre a consequência de Esperidião ter beijado a mão do estudante de nome Armando, em meio á obrigação de beijar a mão dos padres. Mas o enredo de fato é a relação entre Igreja e Estado e a conclusão é: “Só os moços educados nos princípios são do Caraça poderão salvar a pátria.” P. 37

[Eu concluo que o autor defende a velha formação das elites mineiras com esta frase.]

Capítulo XIV – Irmão Bruto. P. 38

Como era o regime do Caraça. Finalmente o autor destaca a presença do Irmão Bruto chefe das oficinas que construíam e consertavam a mobília do educandário. Esse Irmão Bruto era belga que só conhecia o português do “preto Agostinho”, no mais, falava francês. Era objeto de pilhéria dos alunos.

Capítulo XV – O Apito. P. 39 – 41

Trata-se de um jornal clandestino criado por um grupo de alunos que causou o maior estranhamento junto à diretoria e que resultou na convocação de toda a comunidade. O jornal tecia críticas acerbas ao regime do colégio.

Capítulo XVI – O Tóxico. P. 42 – 43

Espiridião se envolve na trama do redator do jornal maldito e é obrigado a acusar o ‘culpado’.

Capítulo XVII – Comunhão sacrílega. P. 44 – 45

Ainda o inquérito sobre o jornal. O padre usa a força do “poder simbólico”: “Aqueles que confessaram e estão procurando encobrir a má ação que praticaram não poderão comungar amanhã, sem fazer comunhão sacrílega.”p. 44 Dessa ameaça à má consciência parte-se para o castigo corporal – a violência física -: “Fique aí de joelhos. Se não confessar dentro de uma hora , dou-lhe mais meia dúzia de bolos e irei fazendo assim de hora em hora, até que resolva contar a verdade.” P. 45

Capítulo XVIII – Umbigueiro. P. 46 – 47

Ainda as consequências da denúncia de Espiridião. Anátema aos “umbigueiros”.

Capítulo XIX – Tanque Grande . P. 48 – 50

Para amenizar o clima, um padre leva a turma para tomar banho no “Tanque Grande”. Espiridião quase morre afogado e o padre ensina os alunos a “obedecerem a natureza”.

Capítulo XX – Queridinho. P. 51 – 52

Trata-se de capítulo de fina ironia na qual Espiridião é tentado a cumprimentar o cavalo “Queridinho” “mas não teve coragem, e daí por diante passou a cumprimentar somente os homens.” P. 52

Capítulo XXI – Dia 30 . P. 53 – 54

Dia de despedida e partida para as férias.

Capítulo XXII – Ouro Preto. P. 55 – 56

O autor apresenta o que seria Ouro Preto no imaginário Mineiro para, em seguida, situar os desejos de Espiridião de matricular-se no Liceu Mineiro e ser convencido a residir em república de estudantes e se preparar para cursar Direito em São Paulo “para bem representarmos Minas no meio paulistano”.

Capítulo XXIII – Interesto si praeteritum diligas. P. 57 – 59

O assunto é uma aula do “velho professor Magalhães” o qual colocou legenda em latim no pórtico da sala de aula. Assunto: a Inconfidência e seus heróis.

Uma curiosidade, o autor cita os Autos da Devassa e coloca na boca do professor esta avaliação:

“Os delatores são sempre mentirosos.” P. 59

Capítulo XXIV – As Venturosas. P. 60 – 61

Neste capítulo, o autor apresenta a vida de corte em Ouro Preto. Resulta disso que Espiridião encontrará num baile seleta a sua Luisinha. “As Venturosas” era nome que os estudantes davam a uma senhora e suas

filhas “por causa de sua fidalguia. Só frequentavam bailes do Palácio ou em casas de famílias muito distintas; não iam a clubes nem se misturavam. O nome de família era Toledo Piza; ainda descendiam dos da Inconfidência, linhagem secular de paulistas.” P. 60

Capítulo XXv – O Entrudo. P. 62 – 63

Aqui o autor dedicará quatro capítulos ao Entrudo, da maior importância para a compreensão dos hábitos mineiros.

Destaques: Os limões de cheiro no centro e o “regime da lata d’água” nas ruas do fundo de Ouro Preto.

Como se fabricavam os limões de cheiro.

O uso do limão espremido no cangote das moças, prelúdio da lata d’água”. P. 63

Capítulo XXVI – A cera da tia Vicência. P. 64 – 66

Narrativa do processo vivido de produzir cera para atender encomendas das igrejas e os folguedos do carnaval.

Capítulo XXVII – Ainda o Entrudo. P. 67 – 68

Merece transcrição:

“O entrudo dos bairros, por ser mais barato e de maior efeito, foi tomando lugar ao do centro, e daí a pouco toda gente abandonava os limões de cheiro e só jogava água. Bilhas e podes eram esvaziados, e cisternas consumidas. Os grupos entravam nas casas e ninguém escapava, nem mesmo os doentes.” P. 67

O autor narra ainda como os estudantes entravam nessa festa divididos em facções rivais, os da Farmácia, da Engenharia e do Liceu Mineiro.

Capítulo XXVIII – Acabou-se o Entrudo. P. 69 – 71

Espiridião decide experimentar a novidade do carnaval. “jogar nas Venturosas uns limões especiais de borracha, muito distintos, novidade mandada vir do Rio de Janeiro”. P. 70

Capítulo XXIX – Traiu o Frango. P. 72 – 73

Narrativa de uma noite de percurso pelas casas cantando nas janelas das moças escolhidas e a decisão de fazer uma ceia. Para isto tem que roubar frangos nos quintais dos outros.

Capítulo XXX – Formigões. P. 74 – 76

Visita dos estudantes do Caraça a Ouro Preto, todos vestidos de batina.

Capítulo XXXI – A Arte do Aleijadinho. P. 77 – 78

A visita dos alunos do Caraça oferece oportunidade para falar da obra de Aleijadinho e esperança de uma arte melhor.

Capítulo XXXII – Sonho. P. 79 – 80

Descrição da Procissão do Enterro em Ouro Preto.

Pesquisa **O Movimento dos Folcloristas em Minas Gerais.**

Situação do Problema

Esta pesquisa surgiu de duas constatações.

A primeira advém de nossa missão de estarmos atentos ao Saber Viver em Minas Gerais e de a Comissão Mineira de Folclore ter surgido no ano de 1948 com o objetivo de coordenar o movimento dos folcloristas em nosso estado com o foco de Atenção e Estudo.

A segunda resulta da surpresa de não contarmos com atenção constante para a história desse movimento o qual justifica a criação da Comissão Mineira de Folclore no ano de 1948. Há confissão de um estranhamento: afinal, um movimento que privilegia o cuidado com a tradição, um movimento no qual a tradição é categoria fundamental para a compreensão da realidade, por que não privilegia a própria história?

Isto posto, nesta pesquisa estabelecemos como ponto de partida a constituição de Minas Gerais como Estado da Federação no ano de 1889 – Ano de Proclamação da República Federativa. O que tem a ver a República com o estudo do Movimento dos Folcloristas? Pode ser perguntado.

Partimos da suposição de que até 1889, Minas Gerais era uma Província do Império, ou seja, os limites territoriais não determinavam uma identidade espacial que implicasse em zelo dos governantes pelo reconhecimento do comando. Desse modo, até então, os presidentes das províncias não tinham qualquer compromisso com o saber viver regional, mas com as necessidades da Ordem Distante embutida nas diretrizes do Império. Criada a República e instituídos os Governos Estaduais, cada Estado tinha por obrigação zelar pela identidade regional. O problema territorial assumia grande relevância.

Resulta disso a criação do Arquivo Público Mineiro, instituição cujas diretrizes sintetizam o caminho do que se chama, hoje, política cultural. Nessa esteira aparece a necessidade de absorver informações de uma Minas Pernambucana, uma Minas Baiana, uma Minas Goiana, uma Minas Paulista, uma Minas Metropolitana – leia-se determinada pela Capital do Império. A ideia de arquivo, biblioteca e museu se mostra evidente neste primeiro instante. Vem em seguida o movimento que se concretiza na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 1907 – e a Academia Mineira de Letras – 1909. Outros movimentos fazem surgir escolas de música, institutos de artes.

Nosso objetivo é reunir documentos – livros de história, monografias locais e regionais, notícias, e obras literárias para visualizar os estudos que privilegiam ou desprezam o saber local, as ênfases a regionalismos, e as críticas ao saber viver de determinado momento.

Nas páginas anteriores temos alguns exemplos desse esforço.

José Moreira de Souza